

O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA HISTÓRICA

Área Temática: Teoría, historia y metodología de la Geografía

Autor: Marcelo Werner da Silva

Universidade Federal Fluminense/Departamento de Geografia de Campos

Email: marcelows@id.uff.br

Resumo

Este trabalho busca discutir a questão do trabalho de campo em geografia histórica, procurando averiguar se ele pode ser equiparado ao trabalho de campo “clássico”. Para isto inicia-se com a discussão das formas que o trabalho de campo em geografia assume conforme as linhas teórica e metodológica do empirismo, do empirismo lógico e da análise dialética.

Também foi realizada uma abordagem da metodologia empregada pela história em sua análise do passado e sua utilização pela geografia histórica, da qual também abordamos suas justificativas de utilização.

Tais análises foram importantes para então discutirmos a questão do trabalho de campo em geografia histórica e suas formas de pesquisa. Para tanto, com ajuda do instrumental teórico e metodológico da história, realizamos a discussão do significado dos fatos abordados pela história e pela geografia histórica e os documentos utilizados em sua prática.

De posse de todo este instrumental chegamos a uma similaridade das abordagens da geografia e da história, nas concepções mais contemporâneas de considerar o significado do passado e de seus vestígios como intrinsecamente ligados às pessoas consideradas como sujeitos condicionados historicamente, consideração esta extensiva aos que procuram resgatar os fatos do passado, sejam historiadores ou geógrafos.

Palavras-chave: Metodologia da Pesquisa; Relação História/Geografia; Teoria da Geografia (Histórica).

O trabalho de campo em geografia

De início surge a distinção entre o trabalho de campo realizado com fins didáticos e aquele realizado com finalidades de alimentar um esforço de pesquisa.

O trabalho de campo realizado com fins didáticos deve procurar fomentar o ensino através da pesquisa geográfica, ou seja, que os próprios educandos elaborem sua própria leitura do conhecimento geográfico. Desta maneira se terá uma combinação da pesquisa propriamente dita com a finalidade didática. Diferencia-se portanto da “excursão geográfica”, modalidade mais comum e mais tradicional de utilização da observação empírica com fins didáticos, em que o educador já possui conhecimentos gerais e específicos do trajeto a ser observado, já conhecendo portanto o fenômeno a ser observado e conseqüentemente impõe aos educandos um ponto de vista segundo suas observações e reflexões (SANSOLO, 2000, p. 136-139).

Dentre àqueles trabalhos de campo voltados para a questão da pesquisa, os quais estaremos privilegiando nessa análise, podem ainda ser incluídos aqueles voltados para a realização de expedições geográficas, na tradição dos antigos viajantes, bem como nas reflexões e práticas mais atuais como as de Bunge e Lacoste (1985).

Na história do pensamento geográfico brasileiro, segundo podemos constatar em Andrade (1987), distingue-se a contribuição inicial, para a implantação da geografia no Brasil de três instituições: As universidades, através dos cursos de geografia implantados, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). Todas essas instituições participaram da formação de uma tradição da pesquisa de campo no Brasil.

As universidades foram tributárias particularmente da tradição da geografia francesa, através dos geógrafos dessa nacionalidade que vieram ao Brasil para a implantação dos cursos de geografia. Destes pioneiros podemos destacar os nomes de Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines e Leo Waibel.

Os trabalhos de campo realizados pela AGB faziam parte da programação dos Encontros Nacionais de Geógrafos, realizados anualmente pela entidade a partir de 1945. Correa¹ que participou de muitos desses encontros no período de 1962 a 1969, relata que estes eram realizados preferencialmente em cidades pequenas, como parte de um esforço para desvendar o território brasileiro, até então quase totalmente desconhecido. Tinham portanto caráter exploratório e dedicavam-se a pesquisar aspectos da geografia urbana da cidade analisada, de sua geomorfologia, da geografia agrária do entorno e da área de influência das cidades.

Já a tradição dos trabalhos de campo realizadas pelo IBGE abordava outras escalas de pesquisa que as realizadas pela AGB, diferenciando-se dessas particularmente quanto ao tempo (ao menos quinze dias a até trinta dias, geralmente) e quanto à escala, abordando extensões espaciais maiores. Por fazerem parte da estrutura governamental detinham grandes volumes de recursos, dentro da política governamental, a partir de 1930, de conhecimento do território brasileiro. Esta política foi mantida até o início dos anos 70, em que as universidades assumem os estudos em escala micro, ficando o IBGE apenas com os estudos de escala regional e nacional².

¹ Palestra proferida por Roberto Lobato Correa, no Seminário Doutorado em Geografia Humana do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ no Rio de Janeiro, jun. 2003.

² Correa, Op. cit.

A importância do trabalho de campo para a geografia pode ser facilmente estabelecida. Na geografia física, por exemplo, sua importância é evidente, sendo a observação em campo sua fonte primária de dados do mundo real³.

Já para a geografia humana existem diversas maneiras de realizá-lo. Silva (1982, p. 49) distingue três modalidades de conceito de campo em geografia humana: os trabalhos analíticos empíricos, os trabalhos com enfoque lógico e a análise dialética epistemológica e ontológica.

Os trabalhos analíticos empíricos partem da consideração empírica tradicional, da geografia realizada com as bases do positivismo, que considera a realidade como externa ao indivíduo, visível e perceptível pelo pesquisador através da observação desse “fenômeno” externo. O conhecimento e portanto a verdade encontra-se no objeto, portanto no campo, no que vemos (SUERTEGARAY, 2002, p. 94-95). De forma esquemática podemos dizer que nesta visão a prática (o trabalho de campo) condiciona o pensamento que dirige esta mesma prática, contemplando apenas “...a transposição da realidade para a mente do pesquisador, que protegido pelo manto da neutralidade científica reproduz o real observado. (...) Passa-se pois, a ideia de que não há interferência do pesquisador propriamente dito sobre a realidade pesquisada. É como se o que ele escrevesse, não dependesse dele, simplesmente “está” na realidade (OLIVEIRA, 1985, p. IV).

Para os trabalhos com enfoque lógico, que referem-se ao chamado empirismo lógico, a visão da pesquisa de campo é desnecessária. A leitura do mundo é realizada através de representações do mundo, sejam mapas, cartas, imagens de satélite ou tabulações estatísticas. Parte-se da mesma consideração empírica, de uma realidade externa ao sujeito, ao pesquisador. Mas ao contrário da anterior, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito, não está dada, sendo construída através da interpretação, fria e crua da realidade expressa nestas representações ou estatísticas.

Esse método é uma decorrência da construção de modelos, que representam uma realidade “ideal” e que operam como hipóteses e teorias. Na sua construção, esses modelos recebem o tratamento do método científico – hipótese, observação, análise e generalização – que permite a análise da realidade representada a partir desse recurso. Deste modo o modelo apresenta a realidade, não como ela é, mas como deveria ser, consideradas certas condições, cujas referências seguem uma coerência lógica. “O trabalho de campo em Geografia Humana com modelos substitui a paisagem percebida diretamente e ‘sentida’, por suas representações funcionais abstratas, documentadas sob a forma da ordenação lógica dos elementos da realidade” (SILVA, 1982, p. 50).

Já os trabalhos baseados na análise dialética diferem conforme a concepção seja epistemológica ou ontológica. Na vertente epistemológica o campo apresenta-se como um conceito muito próximo do das concepções lógicas. Procura-se trabalhar com a essência do real mas sua abordagem tem um sentido idealista objetivo, em que o pensamento elabora o conhecimento que por sua vez informa o pensamento. Na consideração idealista o conhecimento é eminentemente teórico, não havendo a necessidade de se reportar à realidade (OLIVEIRA, 1985, p. IV).

Na compreensão da hermenêutica, uma das vertentes da análise dialética ontológica, o campo

...é a interação do sujeito no seu caminhar e pensar com o objeto. O sujeito como ponto de partida do conhecimento promove, a partir de sua vivência, a ação que desencadeia o processo de conhecimento e (re)construção do mundo. O campo é o texto, este precisa ser desvendado aberto e compreendido em seus múltiplos significados para, a partir dessa compreensão promover a reconstrução sujeito/objeto/sujeito. (...) Da nossa prática advém nossas indagações e das respostas que damos a elas advém nossa prática e as transformações simultâneas de nós e do mundo (SUERTEGARAY, 2002, p. 94).

³ Palestra proferida por Ana Luiza Coelho Netto, no Seminário Doutorado em Geografia Humana do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ no Rio de Janeiro, jun. 2003.

Neste caso o geógrafo visualiza o mundo como uma totalidade complexa e dialética. Superando a relação sujeito *versus* objeto, o geógrafo (sujeito) também é objeto (campo) e o campo também é sujeito (SUERTEGARAY, 2002, p. 95).

Na análise dialética há o engajamento no objeto de investigação, sendo que o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos, mas para alimentar o próprio processo. Ao desvendar as contradições de determinada situação social, cria uma nova consciência do mundo. Neste caso a prática condiciona o pensamento que elabora o conhecimento e este informa novamente ao pensamento. Ao mesmo tempo o pensamento que foi condicionado pela prática, dirige dialeticamente esta mesma prática (OLIVEIRA, 1985, p. V).

A relação entre geografia e história: a geografia histórica

Ao tratar de geografia histórica não há como não abordar a relação entre as duas disciplinas. Partindo de visões tradicionais sobre a relação entre história e geografia o geográfico confunde-se com o natural, qualidade que antecederia o trabalho humano, uma espécie de matéria-prima para a história (MORAES, 2002, p. 23). Em contrapartida, de parte dos geógrafos, tem-se a geografia como uma “história do presente”, uma realidade pós-histórica, só entendida funcionalmente, cujo sentido escaparia à reflexão da história (MORAES, 2002, p. 23). Como dito por Maurício de Almeida Abreu, há uma “lei”, não escrita, mas bastante eficiente, que reserva o estudo do passado à história, ficando a geografia restrita ao estudo do presente. Essa lei “...impõe a disciplina na direção exclusiva da **interpretação do presente dos lugares**, e não no caminho da **interpretação dos lugares...**” (ABREU, 1996, p. 15, grifo nosso), que pressuporia a análise também da dimensão temporal.

Nessa relação entre história e geografia, Milton Santos propõe a “empiricização do tempo”, forma de comparar a dimensão material do espaço, com o tempo, tornando-o também concreto. Essa empiricização do tempo seria conseguida através do uso das técnicas, pois essas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente:

A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. (...)

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida de tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação (SANTOS, 2004, p. 54, grifo do autor).

A materialidade artificial produzida pelas sociedades pode então ser datada por intermédio das diversas técnicas: da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política, etc. Sendo um fenômeno histórico pode-se identificar o momento de sua implantação, nas diversas escalas (local, nacional ou mundial):

Portanto, apoiados sobretudo na obra de Milton Santos, podemos afirmar a relação intrínseca entre tempo e espaço. Esse autor já afirmou ser o espaço o resultado da “acumulação desigual de tempos”, o que reafirma esta equivalência.

Por outro lado se analisamos o percurso da modernidade, vemos que o chamado “mito do eterno retorno”, leva a valorizarmos sobretudo o presente em detrimento do passado e mesmo a uma ruptura com ele. É como o fenômeno moderna da “moda”, que nos passa a sensação de sempre estamos atrasados em relação às novidades, o que acontece por essa ruptura com o passado e leva ao desconhecimento das relações fundamentais que se estabelecem à nossa volta.

Se a relação tempo/espaço pode ser estabelecida, consideramos válida a autorização para a geografia estudar o passado, dentro do que já se denominou de outras maneiras, mas que hoje se firma com o designativo de geografia histórica.

Ao abordar a questão do tempo, a geografia histórica pode trabalhar através de pelo menos dois eixos: um é o eixo das sucessões e o outro é o eixo das coexistências (SANTOS, 2004, p. 163). No eixo das sucessões, do mesmo modo que uma linha do tempo, estuda-se a passagem do tempo, chegando-se à ideia de periodização e relacionando-a a lugares específicos. Já no eixo das coexistências, da simultaneidade, considera-se que os diversos agentes e as diversas ações atuantes em determinada área, não o fazem do mesmo modo: a maneira de utilizar o tempo, suas temporalidades, não são as mesmas. As temporalidades variam mas se dão de modo simultâneo (SANTOS, 2004, p. 163).

De outra forma, toda ação corresponde a uma materialidade temporal, o evento. “Os eventos históricos supõe a ação humana. De fato, evento e ação são sinônimos” (SANTOS, 1997, p. 117). Mas os eventos não ocorrem isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos, o que se poderia denominar de “situações”. Para então relacionarmos o tempo visto desta forma, com a geografia, poderíamos considerá-lo não só como transcurso ou intensidade, mas também como extensão, ou espacialidade. Em relação a eventos naturais a associação é mais fácil, como por exemplo relacioná-lo à superfície atingida por uma inundação. A dificuldade surge para ações e eventos de natureza social. Mas nesse caso, “...a noção de situação, utilizada em filosofia e sociologia, pode em geografia, ser assimilada à noção de área de ocorrência...” (SANTOS, 1997, p. 119). Chega-se então a noção de escala, que se aplica aos eventos segundo duas acepções: a escala de “origem” e a escala de impacto, de sua realização (SANTOS, 1997, p. 119). Desta maneira “...a palavra escala deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos” (SANTOS, 1997, p. 121).

Haveria muito a dizer sobre a geografia histórica e sobre a relação entre história e geografia, o que já desenvolvemos em outro trabalho (ver Silva, 2012). No entanto como nosso foco aqui é a questão do trabalho de campo há que abordar a questão do método, ou da maneira como são obtidas as informações, tanto na história como na geografia histórica.

A análise histórica

É interessante a leitura, por parte de um geógrafo que se dedica a estudos de realidades espaço-temporais pretéritas, do material produzido pela história, cujo universo, no dizer de MORAES (2002, p. 25-26) é muito mais amplo que o da geografia, podendo-se então considerar a própria geografia como um produto da história, tanto a geografia material, objetivada no espaço terrestre, como o discurso geográfico formulado sobre o espaço. São elementos do fluir histórico, por ele explicáveis.

Há que considerar que o passado é uma dimensão permanente da consciência humana. Todos as pessoas e sociedades tem um passado. “Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo” (HOBSBAWN,

1998, p. 22). Para este autor “...teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora...” (HOBSBAWN, 1998, p. 22) e esta também é uma boa justificativa para o estudo histórico.

O problema então, por parte dos historiadores é “...analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações” (HOBSBAWN, 1998, p. 22). A história tem então determinadas “regras de procedimento” para atender aos critérios de objetividade e racionalidade. Citamos abaixo as noções e categorias mais utilizadas no procedimento histórico, de acordo com MARSON (1984, p. 43-44):

1. **processo**: dá um sentido para um acontecimento isolado; define a relação entre fatos e situações; põe a história em linha de evolução e movimento em que se encadeiam origem-maturação-superação; muitas vezes, é própria forma para a ideia de *progresso*.
2. **desenvolvimento**: dá um aparato formal sofisticado à noção de processo, pela divisão de grau e ritmo e as relações de espaço e tempo: atraso/avanço, lento/rápido, continuidade/ruptura, desigual/combinado; e ainda a marcação de etapa, fase e transição.
3. **estrutura e conjuntura**: terminologia comum em análise econômica, põe as relações entre os fatos no fluxo da mudança temporal; implica uma prioridade a certos acontecimentos (os da estrutura) e uma separação entre aspecto “objetivo” (relações densas, naturais e lentas da estrutura) e o “subjetivo” (oscilações da conjuntura).
4. **consciente e inconsciente**: é esta mesma relação ente objetivo/subjetivo aplicada ao papel da ação do homem na história; supõe uma cisão e um limite entre o pensar e o agir, a interação e a realização (por exemplo: ter ou não “consciência de classe”, ser ou não “consciente” de uma ação).
5. **externo e interno**: supõe uma existência própria dos fatos ou situações particulares, como unidades em si mesmas, dotadas de vida interior peculiar, com uma história própria, como entidades que apenas se relacionam exteriormente; é comum sua aplicação dentro do princípio de causalidade (“causas internas e externas”).
6. **influência**: ainda naquela relação, estabelece uma dependência necessária entre acontecimentos da mesma época ou do mesmo lugar, ou atribui significados a partir de analogias simples e semelhanças aparentes.
7. **reflexo**: desdobramento da noção de *influência*, qualifica o lado passivo de quem recebe uma ação e configura o caráter de exterioridade na constituição de um fato ou situação (isto é, um sentido que estes, por si sós, não seriam capazes de ter).

Tal explanação serve para situar o leitor acostumado com a terminologia geográfica a situar-se na metodologia histórica. De mesma forma o mesmo autor cita alguns princípios que “...como atitudes da interpretação propriamente dita e operações filosóficas implícitas no ato de conhecer, movimentam aquelas categorias” (MARSON, 1984, p. 44-45):

1. **integração (ou interação)**: leva à ideia de totalidade, entendida esta como a junção das partes num todo (o geral) onde se encontrariam a unidade explicativa.
2. **adequação**: completa o envolvimento por integração, assinalando (por oposição) as situações de “defasagem” ou “desconexão”; sendo um termo equivalente também a “correspondência”, geralmente é pensada no lugar de “contradição”; estabelece a identidade de uma coisa em confronto isolado com outra, surgindo, então, duas entidades vistas em sua semelhança e diferença a partir dos indícios aparentes: o “adequado” torna-se sinônimo de verdadeiro e útil (p. ex., uma ideologia “adequada” numa realidade, uma teoria “adequada” diante dos fatos).
3. **causalidade**: às vezes atenuada na expressão “fatores”, é a diretriz da explicação histórica, havendo causas em nível episódico (sequência de fatos), em explicações difusas (uma combinação de várias causas), até a causalidade determinada inteiramente (causa única); o tema é visto como um *resultado* definido e faz-se a decomposição de seus elementos característicos através de uma busca retrospectiva de “fatores” ou “motivos” no

passado anterior, semelhante ao recurso matemático da fatoração de um número (p. ex.: os “fatores de êxito da empresa agrícola” colonial no Brasil, os fatores da revolução industrial).

4. **generalização:** corresponde ao método indutivo e afirma a unidade do geral e do particular, pela extensão de características comuns a várias situações; como a indução implica formulação de leis (pela repetição do fenômeno) muitos historiadores têm valorizado a *compreensão* para resguardar o caráter particular e único do objeto histórico.

5. **objetividade:** (...) consagra o distanciamento do sujeito em relação ao objeto, na ideia de que uma teoria completa permite controlar a subjetividade, valorizando o documento e fundamentando a argumentação em fatos e números; seja através do simples conhecimento empírico ou pela reivindicação de uma interpretação histórica para uma apropriação útil no presente; em nome da objetividade, justifica-se a formalização de métodos e técnicas.

6. **utilidade:** é outro fio condutor da chamada racionalidade científica, levando o objeto ao teste da prática (ou práxis); torna o historiador o sujeito privilegiado que possui a lógica do processo histórico; daí também a valorização do saber e da ciência pelo lado instrumental; daí também a posição de partido, dentro de uma concepção teórica e uma estratégia de ação política que se julga porta-voz da razão histórica; e daí finalmente o evidente pragmatismo que atribui o ato de juízo como um dever do historiador.

Com tal levantamento o autor procura uma maior objetividade frente aos gêneros narrativos históricos tradicionais, muitas vezes “...comprometidos com as versões oficiais dos dominadores, cheios de preconceitos e exaltação de heróis patrióticos” (MARSON, 1984, p. 45). Aqui salientamos que esta disciplina, tal qual a geografia, também passou por seu “movimento de renovação crítica”. Nesta consideração crítica, o passado deixa de ser “...mero objeto manipulado pelo historiador – simples memória registrada em documento – e decide poderosamente no que será dito sobre ele, num movimento de auto-criação” (MARSON, 1984, p. 47). O historiador “...aparecendo ele mesmo como objeto, apropriado por um processo de constituição de conhecimento sobre a história em que ele trabalha com temas e interpretações já definidos, nos seus elementos essenciais, no momento de formação da memória de um determinado passado” (MARSON, 1984, p. 45).

Tal conhecimento do fazer histórico é útil na tarefa da geografia de tratar de temas em escalas temporais pretéritas, conforme explicitado anteriormente. Importante também é a discussão do significado das fontes e dos documentos na realização de um estudo em escalas temporais passadas, em que muitas vezes não temos acesso direto aos atores daquele espaço/tempo.

A questão das fontes e documentos

Iniciamos a abordagem do trabalho de campo em geografia histórica com a pergunta diretriz: o levantamento em arquivos é equivalente ao trabalho de campo “clássico”?

Para responder esta questão é necessário indagar o que é pesquisar. Em primeiro lugar pesquisar é responder questões, responder questões que nos perturbam, busca-se respostas para nossas dúvidas em relação ao mundo e à nossa presença neste mundo. Neste sentido o processo de pesquisa/investigação é também um processo de auto-conhecimento, de nos reconhecermos no mundo (SUERTEGARAY, 2002, p. 93).

Na definição de uma pesquisa, estão sempre colocadas as questões do sujeito, o pesquisador e do objeto, o foco da pesquisa. De uma consideração positivista de uma separação absoluta entre sujeito e objeto, assunto que já abordamos anteriormente, chega-se a uma concepção dialética em

que sujeito e objeto se fundem. Neste processo o sujeito constrói o objeto, que por sua vez reconstrói o sujeito (SUERTEGARAY, 2002, p. 93).

Com a determinação do objeto de estudo, surge a necessidade de selecionar formas de investigar esse objeto (CRUZ NETO, 1998, p. 51). Estas formas variam conforme a disciplina científica, mas podemos dizer que basicamente para as ciências sociais a pesquisa pressupõe uma fase inicial de levantamento de dados, em que se realiza o levantamento do material bibliográfico produzido sobre o tema pesquisado e, posteriormente, a realização da pesquisa propriamente dita.

Em se tratando da pesquisa histórica tem-se que o objeto intelectual da pesquisa é o fato histórico. As expressões “é um fato”; “apoiamo-nos na realidade dos fatos”; “os fatos falam por si”; demonstram a consagração desta consideração (GLÉNISSON, 1991, p. 123).

Já o objeto material da pesquisa histórica é o **documento**. A consideração do que seja documento e dos critérios de sua validação encontram ampla discussão dentro da metodologia da história. Aqui interessa destacar que o conceito de documento foi sendo ampliando, a fim de atender a uma ampla gama de “fontes” ou “testemunhos” ou “traços” (GLÉNISSON, 1991, p. 136).

Em uma consideração mais tradicional, tem-se a valorização do documento escrito, que leva implícita a escolha por determinado tipo de material produzido por determinadas classes sociais “letradas”. Ao ampliar-se a definição de modo a incluir os documentos não escritos, pode-se então dividi-los entre **testemunhos involuntários** (monumentos, vestígios arqueológicos, usos e costumes) e **testemunhos voluntários**, que incluiriam as memórias, crônicas, anais e obras de historiadores, enfim, tudo o que geralmente se denomina de “fontes narrativas” (GLÉNISSON, 1991, p. 137).

Já quanto à natureza das fontes podemos dividi-las em três categorias: as fontes **imateriais** seriam todos os traços do passado que sobrevivem nos agrupamentos humanos, tais como, instituições, costumes, tradições, lendas, superstições, influências linguísticas, ou seja, tudo o que se convencionou chamar de **fontes orais**. Já entre as fontes **materiais** teríamos os monumentos, reservando-se a designação de **documentos** para as fontes **escritas** (GLÉNISSON, 1991, p. 137).

Porém é forçoso discutir a questão do valor do documento. Citando Lucien Febvre (1989, p. 118), podemos perguntar: “A que chamam vocês fatos? Que é que põem atrás dessa pequena palavra, fato? Pensam que os fatos são dados à história como realidades substanciais, que o tempo enterrou mais ou menos profundamente, e que se trata simplesmente de desenterrar, de limpar, de apresentar sob uma luz intensa aos vossos contemporâneos?”

Claro que não, ao menos na consideração atual de discutir sua valoração, seu significado, discutir quem o produziu e com que finalidade, pois como já disse Lacoste (1985, p. 10), “...todo saber é instrumento de poder”.

A abordagem mais tradicional vê o “fato” expresso no documento como espelho da realidade e prova irrefutável

“...de uma investigação equivalente a um dossiê de processo-crime; daí provém uma atitude de respeito quase místico da peça documental e a redução do historiador a mero copista, sacerdote do passado e funcionário especializado na coleta e organização de fontes (de preferência, as ‘inéditas’) (MARSON, 1984, p. 51).

Uma outra abordagem vai ao extremo oposto, valorizando o documento apenas em seu caráter demonstrativo, em que o documento apenas confirma um conhecimento que já se tem a priori, destacando a figura do historiador como aquele que escolhe e julga o que deve interessar do passado. Se na primeira percebe-se melhor os “ecos conservadores”, na segunda também se consagra uma “história dos vencedores” por fundar-se na separação sujeito/objeto em que “...o

historiador mesmo pratica sua dominação através do apoderamento do objeto estudado e ensinado” (MARSON, 1984, p. 52).

Para realizar a crítica da existência do documento enquanto objeto material é necessário questionar o que vem a ser documento, o que é capaz de nos dizer; se ele existe, quem o fez, em que circunstâncias e porque foi realizado. Em relação a esta indagação podemos dizer que o documento não é isolado, que existe em relação com outros que ampliam seu sentido e permitem melhor aproximação à realidade. Este sentido tem referências muito precisas, seja por sua origem, sua autoria ou sua finalidade. Ele não é isolado e também não é explicativo em si. Ao lado das significações explícitas, possui outras que encontram-se implícitas e não manifestas, necessitando estar o historiador atento não só internamente ao documento (o que ele diz), mas também externamente (o que representa). Por isto o documento “...não é espelho da realidade, mas essencialmente representação do real, de momentos particulares da realidade; sua existência é dada no âmbito de uma prática determinada; (...) o texto é um ato de poder (lei, processo-crime), um código de relação social; age no seu presente; e, em sendo representação, é a fala da prática e parte do real” (MARSON, 1984, p. 53).

Outro questionamento possível é o significado do documento enquanto objeto material, como e por quem foi produzido, para que e para quem se fez esta produção e qual sua relação com o universo da produção. Já enquanto sujeito podemos indagar por quem fala o documento, que ação e pensamento estão contidos em seu significado, o que o fez perdurar enquanto depósito de memória e em que consiste seu ato de poder?

Quanto a sua materialidade há que ressaltar que ele enquanto objeto é resultado de produção e apropriação de homens determinados historicamente:

O que consideramos “documento” é produto de uma necessidade, não havendo diferença entre ele e as demais coisas necessárias ao homem, produzidas e consumidas. (...) Como de resto no mundo das mercadorias, a igualdade termina onde começa a essência do valor e a apropriação dos objetos e de suas qualidades intrínsecas ou processadas. Nessa medida é que um documento – como um objeto igual e diferente de outros – contém múltiplas formas de utilidade, um autêntico registro de múltiplas significações e possibilidades de investigação (MARSON, 1984, p. 54).

Portanto a matéria do passado, com o qual o historiador ou o geógrafo trabalham, constitui uma imensa massa documental, são vestígios que cumpre interpretar. Porém “...você só pode conhecer do passado aquilo que o passado deixou. O que não deixou – e esse vazio é imenso – provavelmente nós poderemos preencher com aquilo que (...) chamarei de conceito” (DECCA, 1991, p. 7). Isto porque

...o historiador, na verdade, lida com um trabalho de conceituação. Ele opera a todo momento a construção dos eventos numa série correspondente à qual o evento seja inteligível, explicável, compreensível. Por outro lado, ele tem que trabalhar com conceitos, para ter o poder de generalização. Por um lado, particulariza, singulariza; por outro lado, generaliza. Esse é um movimento constante no trabalho historiográfico (DECCA, 1991, p. 8).

Tal é o exercício prático da pesquisa histórica e geográfico-histórica. Há que considerar esta característica de subjetividade implícita nos vestígios deixados por gerações passadas. Com isto ganhamos em termos de conhecimento do passado para, eventualmente, compreendermos melhor as características de nossa própria época.

O trabalho de campo em geografia histórica

Portanto realizamos aqui, com o auxílio da produção da historiografia uma discussão dos diversos elementos e variáveis presentes na análise de situações espaço-temporais passadas. A própria materialidade do documento nos permite realizar um paralelo entre a pesquisa de campo “clássica” e a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental e em arquivos. Como produções humanas, são carregadas de materialidade e de subjetividade, tal qual os seres humanos e a própria paisagem.

Além disso a “ida a campo” em arquivos e “instituições de memória” e o contato direto com a documentação, com novo olhar e a interpretação de nosso tempo, pode muitas vezes desdizer velhas teorias a muito repetidas. Nada se compara ao contato direto com o documento, se sabemos que leituras anteriores podem carregar juízos de valor ou que o próprio recorte realizado por outros autores pode dizer muito mais sobre quem o realizou do que sobre o passado abordado.

Um outro aspecto confirma tal relação. Se estamos estudando uma paisagem pretérita qualquer, mesmo que destruída a muito tempo, quando existiu ela o fazia em um local determinado, possuía uma espacialidade. Neste caso não vale apenas ler o que já foi escrito sobre ela ou a pesquisa da base documental. Muito pode ser dito se percorrermos esta paisagem no momento atual. Se estudamos uma ferrovia desativada do século XIX, muito podemos apreender ao percorrer o seu leito, mesmo que hoje tenha outra destinação. Muito captaremos ao pisar em seus dormentes, visitar suas antigas composições, quiçá ainda existentes ou mesmo suas antigas estações. Como vimos a história não é absoluta e nem o são sua base documental. É necessário ter olhos (geográficos) para ver e realizar a ponte entre o tempo e o espaço. Espaço este que não será o mesmo, mas que terá ainda vestígios de antigas utilizações do passado, que cabe ao trabalho de campo da geografia histórica realizar.

Considerações finais

A discussão aqui realizada pretendeu aportar alguns elementos de comparação entre o trabalho de campo clássico, com o levantamento de dados em arquivos e instituições de memória realizadas pela história e pela geografia histórica. Para isso foi necessário o aporte dos significados do trabalho de campo clássico e do trabalho de campo em arquivos. Também uma discussão dos métodos de levantamento de dados e utilização de fontes, realizadas pela história e pela geografia histórica. Conclui-se que pode-se realizar essa comparação, visto os aspectos subjetivos presentes na pesquisa do real, bem como da desconstrução deste mesmo real, sob muitos aspectos carregado de subjetividade. Nesse sentido ao realizar uma pesquisa documental, também estamos entrando em contato com um “real” filtrado pela subjetividade de quem produziu o relato ou documento. Temos hoje também uma ampliação das possibilidades de conhecimento do passado, o que reforça a relação estabelecida. É uma discussão em aberto, para a qual o presente trabalho pretendeu ser uma colaboração ao debate.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades In: Colóquio O discurso geográfico na Aurora do século XXI, Florianópolis: Programa de pós-graduação em Geografia/UFSC, 27-29 nov/1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

CORREA, Roberto Lobato. **Trabalho de campo e globalização**. Inédito, 1996.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998.

DECCA, Edgar de. O estatuto da história. In: **Espaço e debates**. Rio de Janeiro, n. 34, p. 7-10, 1991.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. 3ª ed.

HOBBSBAWN, Eric. J. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes de cidadãos. In: **Seleção de Textos**, São Paulo, n. 11, p. 1-23, ago. 1985.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da. (org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. de. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Apresentação ou de 'na prática a teoria é outra' para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. In: **Seleção de textos**, São Paulo, n.11, p. I-V, ago. 1985.

SANSOLO, Davis Gruber. O trabalho de campo e o ensino de geografia. In: **Revista Geosp**, São Paulo, n. 7, p. 135-145, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Armando Correa da. Natureza do trabalho de campo em geografia humana e suas limitações. In: **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 49-54, 1982.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado, **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], n. 1, 2012, São Paulo, Rede Brasilis. Disponível em: < <http://terrabilis.revues.org/246>>. Acesso em 17 jan. 2015.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. In: **GEOgraphia**, vol. 4, n. 7, p. 92-99, 2002.